

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Secretaria de Estado de Cultura - RJ



Parceria:



denominação
Fazenda Santa Rosa

código
AIII - F14 - RF

localização
Rodovia RJ-151, 2º distrito, Manoel Duarte

município
Rio das Flores

época de construção
séc. XIX

detalhamento do estado de conservação
no corpo da ficha

uso atual / original
residencial / fazenda de café

proteção existente / proposta
nenhuma / tombamento

proprietário
particular



fonte: IBGE - Valença

situação e ambiência

O acesso a casa-sede se dá por uma estrada de terra, distante 3km do entroncamento com a RJ-151, no Km-17, próximo de Rio Preto.

A casa-sede apresenta características de casa térrea, com porão elevado do solo, situada em uma área plana e tendo, à sua esquerda, duas construções novas, um depósito e uma casa de colono.



Fotos: Annibal Afonso Magalhães da Silva.

coordenador / data
equipe
histórico /revisão

Tania N. Kashiwakura Oliveira - nov 2007
Ana Vivien L. Bautista, Paulo Ariel Geraldo da C. Dias
Adriano Novaes / Fernando Pozzobom

revisão / data
Alberto Taveira - mar 2008

A casa-sede apresenta características de casa térrea, com porão elevado do solo, situada em uma área plana e tendo à sua esquerda duas construções novas, um depósito e uma casa de colono.

Através de levantamento das espessuras das alvenarias existentes e depoimento de funcionário responsável pela manutenção do edifício, foi possível detectar as etapas de construção. A primeira corresponde à construção primitiva, constituída por bloco único retangular, coberto por um telhado de quatro águas. Mais tarde, foram acrescentados ao corpo primitivo vários blocos retangulares cobertos por telhados de duas águas, provavelmente executados em etapas, dando origem à configuração existente atualmente.

Uma característica importante é a presença de uma ala lateral, à esquerda, acoplada à casa-sede e constituída por um bloco retangular coberto por um telhado de duas águas, destinada, exclusivamente, aos compartimentos de serviço.

Não foi possível detectar a área de trabalho para produção do café, pois não existe nenhum remanescente. Diante dessas observações, não podemos afirmar que o tipo de ocupação predominante, em que a casa sede *“fechava um dos lados de um grande espaço quadrangular em torno do qual agrupavam-se também dependências – senzala, a tulha, engenho e as oficinas”*¹, foi adotado como modelo.

¹.Miranda, A. R., Czajkowski, J. *Fazendas – Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.



De acordo com a análise arquitetônica das casas-sede divididas em cinco categorias, extraídas do livro *Fazendas – Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial*, de autoria de Alcides da Rocha Miranda e Jorge Czajkowski, a casa-sede da Fazenda Santa Rosa se enquadra no quinto tipo: “o casarão de um só pavimento, ou de um pavimento sobre porão alto. Sua principal característica, fora a horizontalidade, é a existência, ao centro da fachada principal, de uma escadaria de um ou dois lances levando a um patamar geralmente coberto por um copiar. Em alguns casos essa cobertura assume as dimensões de um pórtico ou varanda, muitas vezes apoiadas sobre colunatas de ferro. A casa sobre porão alto – ou habitável – parece ser a de origem mais antiga. São deste gênero, no século XVIII, numerosas quintas portuguesas e alguns solares brasileiros, como a Casa do Conde dos Arcos, em Salvador. Na transposição para a fazenda, esse tipo de residência fidalga sofre a simplificação de praxe, mas guarda a relação hierárquica entre o térreo e o piano nobile, o que o diferencia do sobrado, onde os dois pavimentos têm a mesma altura e geralmente servem, ambos, para habitação. O gosto pela casa térrea sobre porão baixo certamente se originou nas chácaras suburbanas, que se popularizaram durante o século XIX, e daí se espalhou tanto para o campo quanto para as cidades. Segundo A. C. da Silva Telles, térreas foram, preponderantemente, as grandes casas urbanas dos barões do café, em Vassouras/RJ. Também nas fazendas a ausência do sobrado não significa, necessariamente, uma diminuição na importância do estabelecimento, como demonstra a Fazenda Santarém, em Bemposta/RJ. E se algumas das casas menores foram sedes secundárias de grandes proprietários rurais, construídas para serem ocupadas por seus filhos ou administradores, as outras respondem a um retraimento que os destinos da monocultura começavam a impor.” (Fig. 02 e Fig. 03, fotos 51).

Com base nas informações históricas, podemos concluir que a construção da casa-sede primitiva inicia-se em 1837 e termina em 1842, de acordo com levantamento cadastral em anexo. Mais tarde, amplia-se a casa sede dotando-a de luxo e conforto. A principal característica dessa categoria, como dito anteriormente, fora a horizontalidade, é a existência, ao centro da fachada principal, de uma escadaria de um ou dois lances levando a um patamar geralmente coberto por um copiar. No caso dessa fazenda, provavelmente por escolha do proprietário, não há essa característica.

Foi utilizada, como técnica construtiva, aquela que contempla alvenarias externas em adobe e internas em pau-a-pique, estrutura de madeira e embasamento em pedra, recobertos por telhado de ponto elevado em telhas capa e canal. Mais tarde foram acrescidos ao corpo primitivo vários blocos retangulares cobertos por telhados de duas águas, dando origem à configuração atual. Nesses acréscimos foi utilizada como técnica construtiva a estrutura de madeira, o embasamento em pedra e as alvenarias de pau-a-pique. Não foi realizada prospecção nas alvenarias existentes, tratando-se esta de uma análise geral, sem identificação de intervenções posteriores, como a substituição das alvenarias históricas por alvenarias de tijolo maciço ou furado.

Não foi realizada prospecção, mas a técnica construtiva foi constatada através do afloramento da estrutura autônoma de madeira, da alvenaria de embasamento em pedra aparente e dos trechos sem argamassa de revestimento.

A casa-sede apresenta características de casa térrea assentada sobre porão elevado do solo, com cinco acessos ao seu interior. O acesso principal está localizado no centro da fachada frontal e é feito através de uma escadaria que atinge a porta de entrada. Os outros acessos estão distribuídos nas circulações CI1, CI2 e CI4. A entrada principal abre-se para um *hall* de distribuição, tendo a sua esquerda um escritório e, a sua direita, uma capela. Esse *hall* de entrada possibilita o acesso às várias salas e quartos que compõem a construção primitiva. Aos fundos notamos a existência de um jardim descoberto, definido pelos corpos laterais. Esses corpos laterais são formados basicamente por quartos e banheiros. Uma característica importante é a presença de uma ala lateral acoplada à casa-sede, constituída por um bloco retangular coberto por um telhado de duas águas e destinado exclusivamente aos compartimentos de serviço (f.52 e 53).

Os vãos de portas e janelas apresentam esquadrias de madeira, em verga reta, mantendo bandeiras em arco pleno naquelas localizadas na fachada frontal. As janelas possuem tipos guarnecidos por guilhotinas e folhas cegas. As portas mantêm esquadrias em folhas cegas, folhas cegas com bandeiras e folhas cegas com bandeiras em arco pleno.

Na capela há belíssima imagem de São Brás, em madeira esculpida, policromada e com douramento (f.50)



02



50



52



53

As instalações elétricas estão sem proteção, na garagem G; no dormitório de serviço C; no banheiro WC1; no depósito DEP (f.15, 26).

Há fissuras e abaulamento no piso cimentado na varanda VA (f.27). Foi executada calçada em laje de pedra no entorno da edificação (f.01, 29, 30) e re-aterro manual, além de contrapiso em concreto na cozinha COZ; nos banheiros WC2 e WC3 e na copa CO2 (f.32, 33, 34, 43).

O retábulo-mor da capela foi inserido posteriormente ou sofreu sucessivas intervenções que o descaracterizaram (f.49).

Na fundação da casa-sede, foi executado chapisco com utilização de argamassa de cimento sobre alvenaria de embasamento em pedra (f.01, 02 e 03). Nesse embasamento foram fechadas as seteiras, causando degradação rápida da estrutura de madeira, prejudicando a vida útil do monumento (f.01, 02 e 03).

Foi removida a alvenaria de embasamento em pedra, na garagem (f.13), bem como substituída a alvenaria de embasamento em pedra por alvenaria de tijolo maciço (f.18). Foi observado recalque de fundação do depósito DEP (f.28).

Nas paredes de vedação da casa-sede foi substituída uma janela por uma porta, no depósito DEP (f.12). Foi executada intervenção com argamassa de cimento em alvenaria histórica na garagem e no quarto Q5 (f.17, 41, 42), além do fechamento, com alvenaria, do vão de janela do quarto Q2; do vão de porta entre os quartos Q7 e Q8; e do vão de porta entre o quarto Q12 e o banheiro WC3 (f.35, 36, 40, 45). Foi observada, na garagem, alvenaria histórica em pau-a-pique sem argamassa de revestimento, causando degradação rápida da mesma (f.19, 20, 21 e 22).

Há desarticulação das alvenarias, no banheiro WC1 e na capela CA (f.23, 26, 39), bem como desarticulação da alvenaria com a ombreira da esquadria, no dormitório de serviço (f.24).



01



04



06



07



08

Foram observadas fissuras, com descolamento da pintura na copa CO1 (f.31), além de fissuras acima da verga das esquadrias no *hall* H e no banheiro WC3 (f.37, 38, 44), havendo, ainda, manchas de umidade neste mesmo banheiro (f.46, 47).

Na cobertura da casa-sede foram substituídas as telhas cerâmicas (capa e canal) por telhas tipo francesas (f.02, 03 e 07). O beiral acha-se descaracterizado e em estado de deterioração do material (f.08, 09, 10 e 11). Notou-se o apodrecimento das peças de madeira no telhado da garagem (f.16), havendo, ainda, mancha de umidade ascendente no banheiro de serviço 1 (f.25).

A estrutura em madeira da casa-sede teve substituída a argamassa histórica de revestimento os esteios estruturais em madeira das esquadrias, por argamassa de cimento, provavelmente devido à substituição de trechos danificados desses esteios ou sua completa remoção. Foi feita uma solução estrutural em concreto, com inserção de chapa metálica, para fixação da base dos esteios apodrecidos da garagem (f.13 e 14).



10



12



14



15



17



18



19



23



24



25



26



27



28



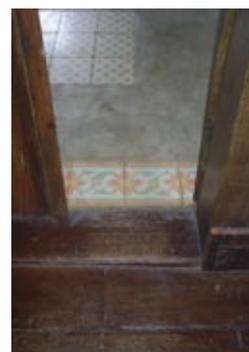
29



30



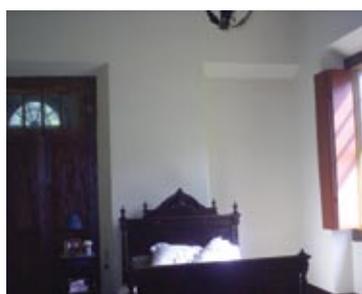
32



33



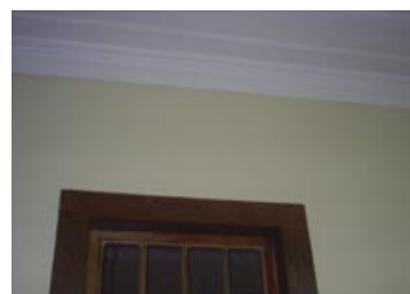
34



35



36



37



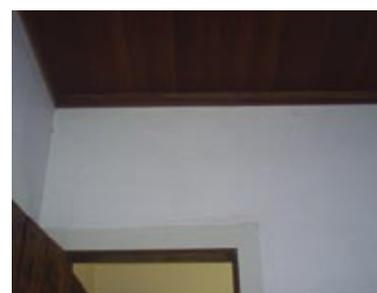
40



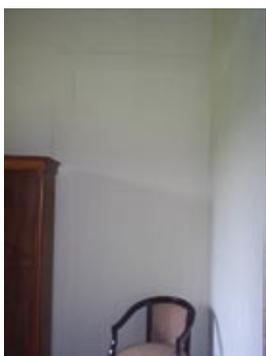
41



43



44



45



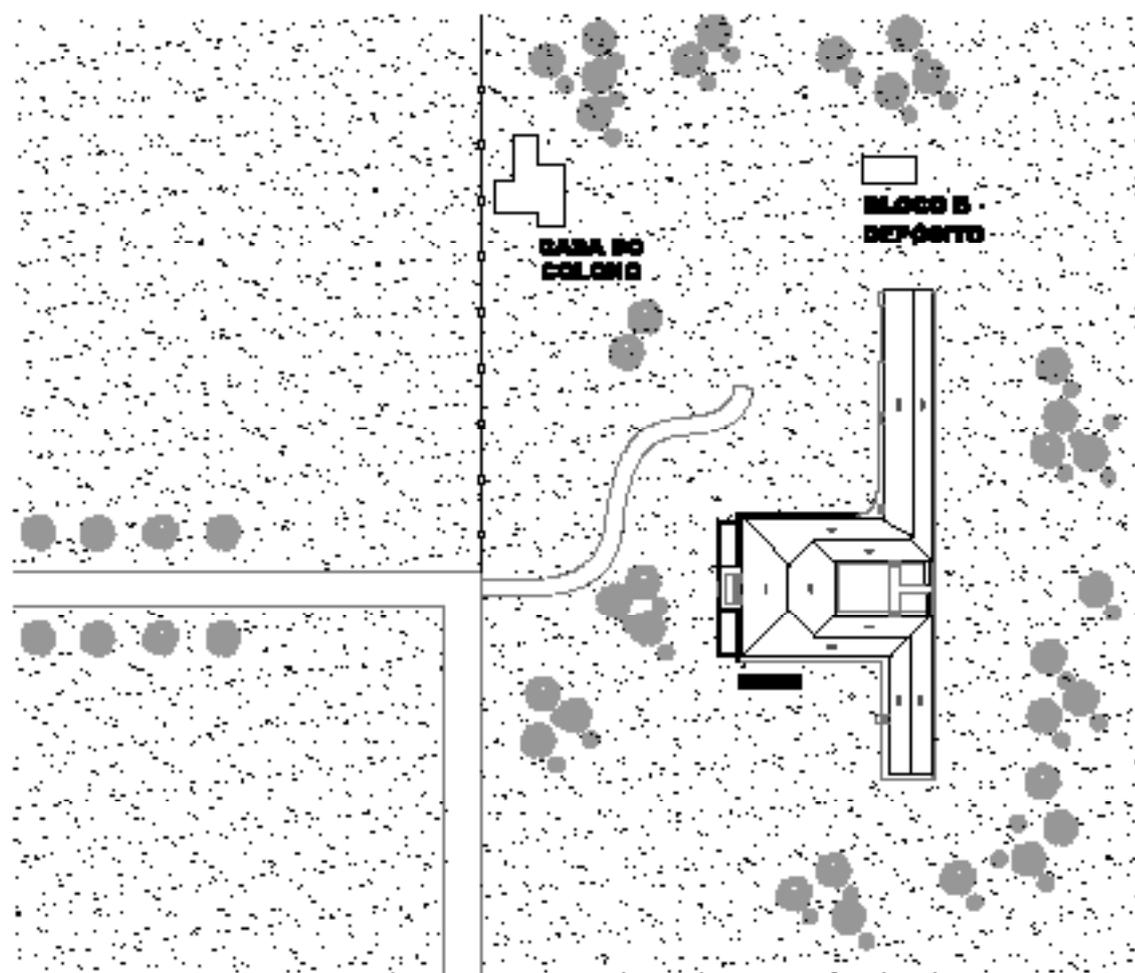
46



48



49

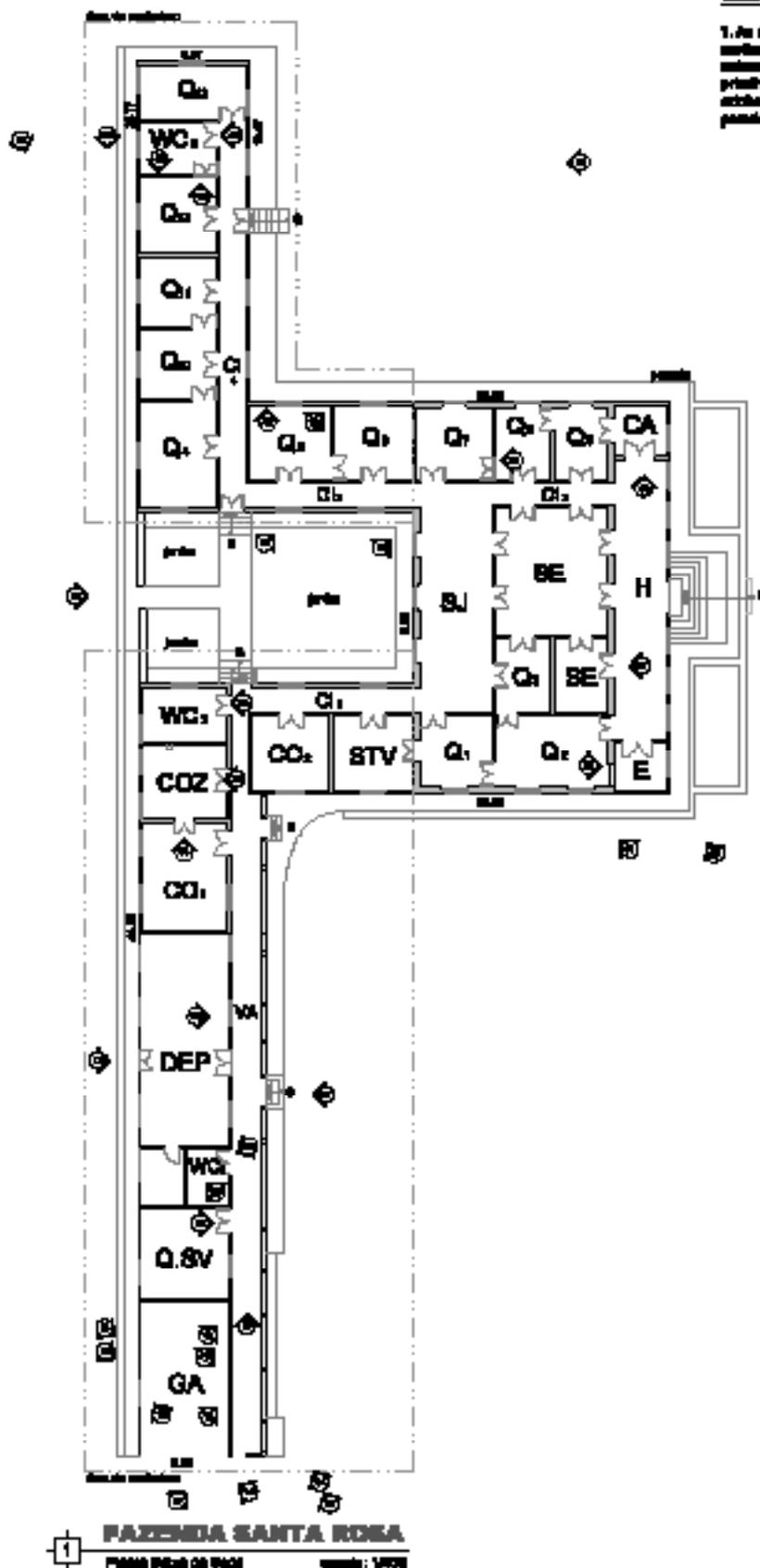


FAZENDA SANTA ROSA
 Planta de 1/2000 escala: 1/2000



Observações:

1. As áreas demarcadas referem-se às habitações, anexos e/ou áreas sob vigilância exclusiva dos posseiros. A circunscção principal tem as habitações sob posse em comum (possíveis áreas comuns) e anexos (situação em p. 4 e 5 p. 11).



CA - cozinha	CC - copa	DEP - depósito	H - hall	Q.SV - quarto de serviço	SJ - sala de jantar	VA - varanda	-----	abertura fechada
CI - circunscção	COZ - cozinha	GA - garagem	Q - quarto	SE - sala de estar	STV - sala de TV	WC - banheiro	-----	abertura aberta

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense		All - F14 - RF		2/2
autor:	desenho:	revisão:	data:	
Tânia N. Kashhecura/ Ana Vhian Bastista/ Paulo Ariel G. Dias	Tânia N. Kashhecura	Franciely Bousquet	nov 2007	

João Pedro Maynard da Fonseca e Sá, cessionário de sesmaria nas margens do Rio Preto desde 1810, requereu uma sesmaria em nome da esposa Dona Joana Edwirges Menezes e Souza. Em 1819 foi concedida e, em 1824 medida e demarcada.

Maynard da Fonseca e Sá deu início à exploração da terra, mas apenas na Fazenda da Barra das Flores (hoje Loanda), sua primeira sesmaria. As terras de Dona Joana continuariam incultas até a morte de seu marido, na segunda década “dos 1800”, quando, resolveu então vender todas as três sesmarias do espólio do marido. Em 1837, vendeu as terras, que lhe foram concedidas em pura mata virgem a Braz Carneiro da Costa e Gama, futuro Conde de Baependy. Costa e Gama desbravou a sesmaria, dando início ao cultivo do café e à construção da sede, pronta em 1842. A esta propriedade deu o nome de Santa Rosa, provavelmente em homenagem à esposa, Dona Rosa Mônica Valle Nogueira da Gama. Na capela da fazenda, ele mesmo foi homenageado, com a escolha de São Braz para padroeiro.

Em 1852, foi fundada na Fazenda Santa Rosa uma colônia de imigrantes alemães, com o objetivo de substituir a mão-de-obra escrava por trabalhadores livres. Em número de 173 e distribuídos em 22 famílias, eram todos de Tauringis e professavam a religião protestante. A colônia durou pouco menos que dez anos, quando a maioria dos imigrantes foi para Petrópolis e para o Sul do país.

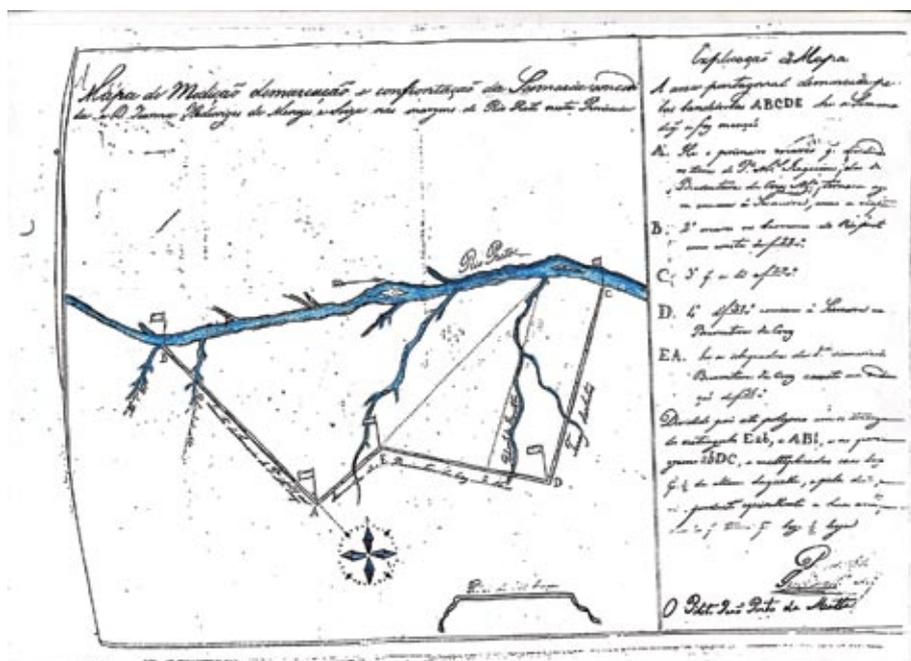
Em 6 de setembro de 1890 a Condessa de Baependy e seus filhos venderam a fazenda da Santa Rosa com todas as suas benfeitorias, constando de 1010 hectares e 180 mil pés de café à Companhia Alto Paraíba, pela quantia de 160:000#000 de Réis.

No final do século XIX, o Comendador Azevedo Júnior fundou o grupo “Companhia Agrícola Alto Parahyba”, para o qual vendeu, em 1890, as Fazendas Santa Genoveva e Loanda, e adquiriu, para essa mesma firma, a Fazenda Santa Luíza.

Nesta mesma época, o Instituto Fluminense d’Agricultura, sediado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, negociou com a Companhia Alto do Paraíba um contrato com promessa de venda da fazenda Santa Rosa, no valor de 30:000#000 réis, pagáveis em longo prazo. Por motivos desconhecidos, Instituto desistiu do empreendimento, vendendo novamente a fazenda a José Machado de Carvalho e sua mulher, Ambrozina de Oliveira Carvalho, por 40:000#000 réis. Em seguida, este mesmo casal vendeu em 1892, Santa Rosa ao Comendador Domingos Theodoro de Azevedo Junior, por 35:000#000 de réis.

Após o falecimento do comendador, em 1913, as fazendas foram divididas entre seus dez filhos. Santa Genoveva e Santa Rosa foram herdadas pelo filho Dr. Domingos Theodoro Guimarães d’Azevedo. Após seu falecimento, em 1953, elas passaram para os netos Léo Theodoro, Maria Thereza e Maria Helena d’Azevedo.

Em 1961, a propriedade foi adquirida por Manoel Araújo Álvares que, por venda, a transferiu a Pedro Pinto Cardoso, e com seu falecimento, sua esposa Maria Luisa Pinto Cardoso e filhos passam a ser os proprietários.



Mapa de medição demarcação e confrontação da Sesmaria concedida a D. Joana Edwirges de Menezes e Souza nas margens do Rio Preto nesta Província (acervo Arquivo Nacional)

